

6º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

SESSÃO DE ABERTURA

Discurso do Presidente do CNAPEF- *Rui Petrucci*

Exmo. Senhor Professor Doutor Alves Diniz, Presidente da SPEF

Exmo. Senhor Dr. Fernando Cabral, Presidente da Subcomissão de Juventude e Desporto da Assembleia da República

Exmo. Senhor Dr. José Cordovil, Vice Presidente do Instituto de Desporto de Portugal (em representação do Sr. Secretário de Estado do Desporto)

Exmo. Senhor Dr. Luís Grosso, chefe da Divisão de Desporto da CML (em representação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa)

Exmo. Senhor Dr. Jorge Mira, Coordenador da Comissão Organizadora do 6º Congresso Nacional

Exmo. Senhor Professor Doutor Marcos Onofre, Coordenador da Comissão Organizadora do 6º Congresso Nacional

Exmos. Senhores Convidados

Exmos. Senhores Conferencistas

Caros colegas:

Há quinze anos, em Novembro de 1988, realizava-se na Figueira da Foz o 1º Congresso Nacional de Educação Física.

A realização desse Congresso, que constitui um marco histórico do Movimento Associativo de Professores de Educação Física no pós 25 de Abril, foi o culminar de um processo de intervenção de várias estruturas associativas que a partir de Abril de 1982, data da criação da primeira Associação de Profissionais em Braga, nasceram e cresceram um pouco por todo o país com o propósito de defender e reforçar os ideais e o património da Educação e da Educação Física.

Na altura, o Congresso debateu quatro grandes questões que centravam as preocupações fundamentais dos profissionais:

- a inexistência de Programas de Educação Física que articulassem de uma forma sistematizada e integrada os objectivos e conteúdos da disciplina, nos vários graus de ensino;
- a necessidade de um modelo de Formação Inicial e Contínua qualificada e adequada às necessidades do campo profissional;
- a degradação e insuficiência das instalações e equipamentos para o cabal desempenho da função docente em Educação Física;
- a falta de condições para a pratica desportiva nas escolas de uma forma regular e pedagogicamente orientada.

No discurso de encerramento um dirigente associativo, o nosso colega Leonardo Rocha, formulou o seguinte voto final (e passo a citar): ***Que este Congresso seja, com toda a força do êxito que alcançámos, “apenas” o primeiro Congresso Nacional de Educação Física.***

E esta profecia tem-se concretizado.

De então para cá, de três em três anos, o CNAPEF e a SPEF têm organizado, em estreita colaboração, o Congresso Nacional de Educação Física que se tem assumido como o principal fórum de análise e debate dos problemas que afectam a nossa profissão, de perspectivação de soluções e orientações para a nossa acção profissional, um verdadeiro espaço de congregação de vontades e de comunhão de afectos.

Tróia, 1991. Ofir, 1994. Fátima, 1997. Lisboa, 1998 (Congresso extraordinário). Lisboa 2000 e, hoje, o 6º Congresso que estamos aqui a iniciar são exemplos que ilustram bem a vontade, o gosto, a dignidade com que os profissionais de Educação Física, organizados em torno do Movimento Associativo, têm encarado a sua profissão e afirmado a necessidade de, permanentemente, a qualificarem e validarem socialmente.

Muitas problemáticas têm sido objecto de reflexão nos nossos Congressos: da organização e desenvolvimento curricular da Educação Física e do Desporto Escolar à definição de orientações para a implementação de equipamentos e recursos adequados à

prática pedagógica; dos modelos de Formação Inicial e Continua à sistematização das Carreiras Profissionais; da Educação para a Saúde ao Treino dos Jovens Atletas; da Identidade e Ética Profissional ao Associativismo, eis algumas das questões que marcaram, ao longo dos últimos quinze anos, a agenda das nossas preocupações profissionais, do nosso querer de tornar mais útil e gratificante a nossa intervenção social, no sentido de mais e melhor Educação Física para todos.

Alguns dirão que pouco mudou de então para cá. Não é essa a nossa opinião, não é essa a opinião do Movimento Associativo.

É certo que algumas questões não evoluíram como desejaríamos. Alguns problemas até se agravaram e a própria dinâmica social trouxe novos contextos de desenvolvimento da nossa acção que exigem diferentes abordagens e novas soluções. No entanto, temos que reconhecer que alguma coisa se alterou e modificou para melhor na nossa vida profissional.

E mesmo que os ganhos não tenham sido muitos só o facto de hoje estarmos aqui cerca de 700 profissionais de várias gerações reunidos e unidos no propósito de continuar a dar sentido aos nossos anseios, às nossas legítimas expectativas como pessoas e profissionais é bem demonstrativo da importância das causas que defendemos, das razões que nos assistem, da força das nossas convicções e do desejo inabalável de contribuirmos, de pleno direito, para o bem social.

Por isso, parece-me de elementar justiça saudar todos os nossos colegas que, ao longo dos últimos vinte anos, e muitos estão aqui presentes, têm contribuído sem desfalecimentos, de um forma generosa, séria e com elevado sentido profissional para que o Movimento Associativo continue vivo e se afirme, cada vez mais, como uma voz colectiva e abrangente, na defesa dos interesses da nossa especialidade.

E, nesse sentido, gostaria de fazer, neste Congresso, uma referência muito especial ao nosso querido colega Mário Costa da APEF de Braga, um dos grandes obreiros do Movimento Associativo que, infelizmente, já não se encontra entre nós mas que nunca será esquecido.

Bom, mas olhemos agora para o presente para melhor agarrarmos o futuro.

A realização deste 6º Congresso Nacional Educação Física é, por si só, uma demonstração inequívoca de vitalidade do espírito profissional dos especialistas de Educação Física e do seu compromisso com o desenvolvimento das ideias e da qualidade das práticas.

Trata-se de um excelente exemplo contra as tendências de passividade e de comodismo: um exemplo de reflexão crítica dos problemas que afectam a actividade física dos portugueses. E isto é muito importante pois a actividade física é reconhecida, cada vez com mais clareza, como um factor de saúde, de elevação cultural e de relações sociais que, em profundidade, estruturam as comunidades.

Trata-se, portanto, de questões vitais e não acessórias, aquelas que se inscrevem no Programa do 6º Congresso Nacional de Educação Física.

Estas questões decorrem de um desenvolvimento, que é visível, nesta área que envolve sectores complexos - os Desportos, a Educação Física e o Exercício visando a Promoção da Saúde.

No desenvolvimento notório desta área, principalmente após o 25 de Abril, devemos assinalar o contributo dos especialistas de Educação Física, que ao longo do tempo, têm desempenhado papéis determinantes, como professores, treinadores, dirigentes e gestores, lançando as sementes que frutificaram no Portugal democrático.

Contudo, ainda existe um extraordinário potencial por cumprir. É necessário actualizar os objectivos e os processos, em todas as estruturas sociais, aproveitando-se a qualificação dos especialistas de Educação Física.

Na verdade, em todos os sectores, o enorme investimento, nas últimas décadas, na formação inicial e na qualificação post-graduada, pode considerar-se um investimento que está ainda subaproveitado.

Sabemos que as estruturas sociais carecem de um tempo de adaptação aos investimentos, em particular o que se aplica na formação de nível superior.

Mas não nos podemos atrasar, sob pena de perdermos o impulso da formação e deixar passar a oportunidade de qualificar as práticas e as estruturas, no sentido de responder melhor à satisfação das novas necessidades sociais.

Se é o desenvolvimento das actividades físicas que está em jogo, em benefício dos portugueses, na promoção de estilos de vida saudáveis, na educação equilibrada, fisicamente activa das novas gerações e também na elevação das práticas atléticas, não podemos manter estruturas precárias de formação e de trabalho, baseadas no improvisado e na carolice de “técnicos” sem habilitação, seja nas escolas, nos clubes, associações ou empresas.

Não podemos dar-nos ao luxo de desperdiçar os conhecimentos e as competências de milhares de especialistas de Educação Física, alcançada com enorme esforço pessoal e da própria sociedade.

Aliás, o passado mostra que a intervenção profissional e cívica dos professores de Educação Física, marcou muito positivamente diversos sectores profissionais, mercê, justamente, do seu estudo das actividades físicas, na recreação, na educação e na saúde, através das múltiplas experiências de inovação, por todo o país.

Nas escolas, os professores de Educação Física desempenham um papel extraordinário de promoção das actividades físicas em geral e dos desportos em particular, como meios de desenvolvimento pessoal dos jovens.

Infelizmente, as estruturas escolares têm evidenciado uma enorme dificuldade, em todos os tempos e regimes, na integração da Educação Física como disciplina curricular, por falta dos meios e recursos que são indispensáveis e por uma gestão muito deficiente. Esta dificuldade é o resultado de uma falta que é, infelizmente, uma marca distintiva da nossa cultura – a desvalorização do corpo, da actividade física, dos desportos. Num ciclo vicioso, a sociedade impõe às novas gerações, nas escolas, as limitações de ideias, os vícios e as crenças do passado e queixa-se, depois, da própria escola por não alterar os hábitos e as tradições que bloqueiam o desenvolvimento.

Como acontece em muitas outras áreas da sociedade portuguesa, esse problema de reconhecimento não pode ser resolvido através de discursos e declarações cerimoniais. Valorizar a Educação Física e os Desportos significa qualificar as circunstâncias concretas das escolas e da acção pedagógica, através de investimentos, de recursos à disposição dos alunos e de uma gestão orientada para a elevação das práticas e dos saberes.

Nos últimos anos, no quadro das inovações e reformas democráticas da escola, verificou-se uma melhoria muito significativa dos programas, dos recursos e dos horários de Educação Física.

Infelizmente, mais uma vez, a melhoria mais sensível foi a que se fez no papel, ou seja, a legislação e os programas.

De facto, verifica-se que há ainda muito que corrigir ou que iniciar ao nível dos recursos, dos horários e da organização, em muitas escolas, até que cada aluno possa realizar, em todas as semanas, do 1º ao 12º ano, o direito a três aulas de Educação Física, com a qualidade que está instituída nos textos oficiais.

Mas essa qualidade pode e deve ser salientada, pelas inovações que foram introduzidas nos Programas de Educação Física, num processo muito participado pelas escolas e associações profissionais. Aliás, essas inovações foram mais tarde adoptadas no conjunto do Currículo, tendo sido objecto da actualização e até de aperfeiçoamento recente na revisão dos programas nacionais e na promoção de modelos de “desenvolvimento curricular baseado na escola”.

No que respeita às Actividades de Complemento Curricular, especificamente o Desporto Escolar, os Governos têm mantido, e muito bem, desde o 25 de Abril, uma estrutura específica no Ministério da Educação e um programa de apoio financeiro aos projectos das escolas.

A continuidade desse Programa de Desporto Escolar e o seu aprofundamento na organização das escolas, parece ser um desafio decisivo para se desenvolver a prática desportiva em Portugal.

A integração do Desporto Escolar no normal funcionamento das escolas foi muito facilitada pela atribuição de horas lectivas aos professores envolvidos nessas actividades, uma medida que já se traduziu em benefícios concretos, mas que pode ainda ser muito melhor aproveitada através do necessário aperfeiçoamento dos processos de gestão, nas escolas e na administração educacional.

Estamos esperançados que se formarão os consensos políticos e técnicos no sentido da expansão do Desporto Escolar, procurando-se, também, atingir critérios qualitativos mais exigentes.

No fundo, trata-se de tornar possível que as escolas, se organizem internamente, conjuguem, entre si, esforços e meios de modo que o Desporto Escolar, como

actividade de complemento curricular, seja, na realidade, um processo progressivo e mobilizador dos alunos, baseado na continuidade de projectos plurianuais.

O papel dos Professores de Educação Física no desenvolvimento das actividades físicas, em especial dos Desportos, tem sido e continua a ser muito importante.

Esta ideia é reforçada ao considerarmos os resultados desportivos em Portugal.

Ao inquirirmos os factores que sustentam os melhores resultados, a todos os níveis, encontramos geralmente a intervenção discreta, mas sistemática, dos diplomados em Educação Física.

Mas também na área do que hoje é comum designar por Fitness, os especialistas de Educação Física foram não só percussores, durante décadas muito difíceis, mas encontram-se também, nomeadamente os mais jovens, na primeira linha da expansão deste sector profissional.

É a resposta a uma necessidade cada vez mais sentida nas sociedades urbanas, de serviços – a necessidade de exercício compensatório da falta de actividade física que é determinada por três factores principais, que estão, como sabemos, intimamente associados: em primeiro lugar a expansão das redes urbanas, cada vez com maior densidade e ramificação; a deslocação cíclica, que é passiva, ou “inerte”, percorrendo grandes distâncias no transporte rodoviário ou na ferrovia; a predominância do trabalho de escritório e de atendimento, que é estático, exigindo longos esforços de atenção.

A responsabilidade de prevenir e remediar as consequências nocivas deste sedentarismo ou, melhor, da inactividade física, não pode ser apenas pessoal, porque depende de factores que, na sua complexidade, não são controláveis pelo cidadão, circunscrito à sua individualidade.

Uma resposta social, na prevenção da saúde, passa concertada pelos apoios do Estado, e de outras entidades, à promoção do exercício físico, em espaços adequados – não só os ginásios, piscinas, etc., mas também em actividades físicas recreativas em contexto não urbano, ou seja, o passeio, a corrida, a escalada, o percurso de bicicleta nos campos, nas florestas, nas montanhas; a natação, a canoagem, a vela, o surf, nas praias, rios e lagos.

Parece-nos evidente, e a realidade social confirma-o, que a actividade física como factor de Saúde, implica a mobilização dos saberes e da intervenção dos especialistas de Educação Física.

Essa intervenção não se deve reduzir à sua componente porventura mais importante e imediata - a abordagem directa, de inspiração higienicista, que tem um carácter metodológico, envolvendo três processos principais: a avaliação do sujeito, a prescrição do exercício e também a relação pedagógica, segundo o programa elaborado.

Aliás, apesar desta intervenção directa ser cada vez mais relevante, quer pelo número crescente de pessoas que procuram esse serviço, quer quanto à necessária qualificação técnica, não temos ainda resolvido o problema de reconhecimento técnico e até de definição legal, de modo a assegurar direitos e requisitos básicos de qualidade.

Importa referir, primeiro, os direitos dos utentes relativamente à intervenção a que se sujeitam, geralmente sem capacidade de avaliação da qualidade técnica; depois, a definição da responsabilidade dos próprios técnicos, em termos de formação e de competências; finalmente, o reconhecimento e a definição de requisitos de qualidade das instituições que organizam este serviço de promoção da saúde e de prevenção da doença.

Mas a prevenção sistémica da inactividade física, torna necessária uma intervenção mais vasta, não só no âmbito da «Educação ao Longo da Vida», mas também da própria concepção e estruturação do espaço urbano, ou seja, ao nível dos Planos Directores Municipais e dos planos intermunicipais.

De facto, para se enfrentar este problema de “estilo de vida”, que implica a saúde, a cultura, a educação e a administração pública, os especialistas de Educação Física podem dar um contributo importante não só fazendo o melhor possível nas condições existentes, na educação, na recreação, nos desportos, mas também antes, na própria definição das possibilidades e das condições que determinam as práticas.

E se esse contributo pode ser dado, não se deve ignorar, deve ser, para bem de todos, aproveitado.

Assim, este Congresso foi concebido e preparado para se constituir num grande encontro profissional que nos permita:

- esclarecer a profissionalidade da Educação Física, nas suas dimensões da Educação, do Treino Desportivo e do Exercício e Saúde;
- debater a viabilidade de um código de ética profissional comum às dimensões da Educação Física e orientar o seu desenvolvimento;
- estabelecer as orientações estratégicas das actividades científicas e profissionais para o reforço da unidade e qualificação profissional.

Queremos que este Congresso signifique um reencontro.

Uma convergência de ideais e de convicções.

Uma partilha de ideias e de práticas.

Uma confluência de expectativas e de vontades.

Uma expressão de gosto e de dignidade profissional.

E, sobretudo, como indica o nosso cartaz, que este Congresso seja, mais uma vez, um ponto de partida para o desenvolvimento e qualificação pessoal e profissional de todos nós.

Em 27 de Fevereiro de 1987 no célebre Encontro do Hotel Altis, que reuniu mais de 500 profissionais (alguns dos quais, bastantes, se encontram hoje aqui), encontro esse que definiu as linhas orientadoras do 1º Congresso Nacional e mobilizou o Movimento Associativo para a sua organização, escrevia o Professor Manuel Pedreira na sua moção intitulada “**Em defesa e pelo reforço da Educação Física**”. Passo a citar: *Para nós, o associativismo não é uma palavra vã e reivindicamos que a nossa opinião deve ser ouvida e respeitada (...) em tudo o que à Educação Física diga respeito.*

Dezasseis anos depois, cá estamos, CNAPEF, SPEF e vocês todos, para reafirmar e dar continuidade a este testemunho. Um bom trabalho.

Muito obrigado.

A Direcção do CNAPEF

Rui Petrucci

Jorge Mira

Luís Bom

Zélia Nunes

Mário Guimarães

Ana Paula Reis